

## ECONOMIA POLÍTICA DA COLONIZAÇÃO

*Alexandre Macchione SAES<sup>1</sup>*

Os estudos sobre a história econômica brasileira têm tido como referência básica o economista Celso Furtado. Nascido na Paraíba em 1920, Celso Furtado participou ativamente da história do Brasil, tanto por meio de suas interpretações como procurando construir uma alternativa para a economia política do país. Um dos maiores pensadores do país na atualidade, Celso Furtado foi um dos sustentáculos da filosofia desenvolvimentista elaborada na Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas, e o criador da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959. Publicou mais de trinta livros, dentre eles o clássico *Formação Econômica do Brasil* (1959) e lecionou em diversas Universidades como Sorbonne (França), de 1965 a 1985, e como professor visitante da American University, em Washington, da Columbia University, em Nova York, da Universidade Católica de São Paulo, e da Universidade de Cambridge.

Filho de uma família tradicional da Paraíba, teve condições de cursar a Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro e, depois de servir na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, de se inscrever no curso de doutoramento em economia na Faculdade de Direito e no Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Paris – Sorbonne. Concluiu sua tese no ano de 1948 sob orientação de Maurice Byé, com o título *L'économie coloniale brésilienne*. Ao mesmo tempo que sua família do sertão nordestino deu condições para o avanço de Furtado nos estudos, o cenário árido marcaria profundamente sua preocupação com a sociedade.

Apesar de defendida em 1948, a tese de doutorado de Celso Furtado ganha sua primeira publicação no ano de 2001, pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, com a tradução *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. A relevância da obra se justifica por ser a porta de entrada de Celso Furtado nas preocupações sobre a sociedade brasileira. Nas palavras de Furtado: “Foi a elaboração desta tese de doutorado defendida na Sorbonne em 1948 que me levou a descobrir a importância da análise econômica para apreender a lógica da realidade social” (p.5). E ainda é uma obra que carrega alguns dos pioneiros e importantes elementos que sustentarão a argumentação teórica do autor, sendo, por exemplo o

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Econômica – Instituto de Economia – UNICAMP – 13081-970 – Campinas – SP.

ponto de partida para a elaboração de *Formação Econômica do Brasil*, quase dez anos depois.

*Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* foi uma das primeiras obras a se preocupar com a formação da economia colonial. A história do Brasil na década de quarenta ainda não sofria investigações históricas substanciais, tanto que os documentos trabalhados nesse período eram muito reduzidos. O material de época utilizado por Celso Furtado ficou restrito a alguns diários e cartas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; aos livros *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e riquezas*, de Antonil, e *Diálogos das grandezas do Brasil*, obra anônima, e alguns outros documentos franceses. As primeiras áreas a se preocuparem com o estudo da formação brasileira foram a Sociologia e Antropologia, e só depois a Economia. Por isso mesmo Celso Furtado dialoga com autores como Gilberto Freyre, Nestor Duarte e Oliveira Vianna com relação a problemática da escravidão e do patriarcalismo. Na questão da formação econômica o debate é estabelecido com os economistas Roberto Simonsen e Caio Prado Jr. Para sustentar a metodologia marxista, Furtado busca aplicar a “teoria de Henri Pirenne de correlação dos períodos da história social do capitalismo com a formação de novas elites dirigentes” (p.20).

A estrutura do texto ainda hoje é usada como modelo clássico do estudo da história do Brasil. Buscando os pressupostos da colonização brasileira, Furtado desenvolve a primeira parte da tese sobre “Antecedentes portugueses da colonização”. Nesse capítulo introdutório o autor trabalhou com a formação do Reino de Portugal, demonstrando as condições e interesses para a expansão ultramarina. A segunda parte do texto é o mote fundamental da tese, descrevendo a então “Formação da Colônia”. Subdivido em capítulos, a segunda parte cronologicamente demonstra a capacidade do autor de remontar o cenário colonial. Nessa etapa do texto a idéia de “ciclos econômicos”, conceito muito utilizado por Celso Furtado, se apresenta claramente. Na fase inicial da colonização teríamos o primeiro ciclo econômico, da economia do pau-brasil, ainda na fase conhecida como pré-colonial. Em seguida, com o início da colonização, adentramos ao segundo ciclo, da “Economia da Cana de Açúcar”, base fundamental da economia colonial, que com a decadência daria caminho para um novo ciclo econômico da mineração. Por fim, na terceira e última parte, “Ativismos coloniais do Brasil atual”, vemos um esforço de Celso Furtado de demonstrar como algumas características da sociedade colonial faziam-se presentes na década de quarenta, como o modelo de produção agrícola, o atraso técnico e a contínua presença do patriarcalismo como organização política.

A narrativa utilizada por Celso Furtado mantinha um estilo descritivo literário como o presente nos textos de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, fazendo

a leitura agradável. Isso não significa a perda do rigor científico, de maneira que além de retratar o período colonial com todo o aspecto histórico, percebemos a existência de debates teóricos com os autores contemporâneos. Dois debates com autores do período merecem destaque; em primeiro, a existência ou não do feudalismo no Brasil, e, em segundo, a lógica da escravidão.

Para entendermos o primeiro debate é importante lembrar que *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* é um livro cujo referencial teórico era o marxismo. Isso explica porque, para iniciar sua análise sobre a colonização brasileira, o ponto de partida foram as transformações em Portugal. Para o autor, Portugal era o excêntrico país europeu que deu condições para uma precoce revolução burguesa. Através da aliança de duas classes antagônicas, a burguesia emergente e a classe territorial, criava-se o espírito e as condições para o expansionismo, em busca de mercados e novos territórios.

Além de assumir a conceituação de revolução burguesa, Celso Furtado defendia a inexistência do feudalismo no Brasil, defendendo sua posição por meio de explicações materialistas e históricas, se contrapondo então a Nestor Duarte e Capistrano de Abreu com uma argumentação apoiada pela lógica jurídica. Para Nestor Duarte e Capistrano de Abreu, a formação brasileira acontecia dentro de um sistema feudal, na medida em que a organização das capitânicas hereditárias mantinha leis gerais presas à mentalidade feudal. Contudo, a argumentação de Furtado demonstra que a colonização brasileira se fazia com um empreendimento capitalista, e por isso sua organização assumia esse forma básica,

Os donatários que, munidos de direitos de senhor feudal, foram para o Brasil eram antes de tudo empresários decididos a multiplicar a própria riqueza. Nem todos seguiram para o local da empresa: colocaram prepostos e pensaram em auferir os lucros permanecendo na capital do Reino. Pareceu-nos justo partir da análise dos fatos, da realidade das capitânicas como empreendimentos capitalistas, e não cingir-nos à sua confirmação jurídica, para definir a primeira fase da economia colonial brasileira. E é esse ponto de vista que nos leva a abandonar qualquer aproximação das instituições feudais com a realidade histórica brasileira. (p.82)

Quanto ao debate sobre a escravidão no Brasil, o que se discutia eram as causas para a escravização dos africanos. Devemos lembrar que a colonização brasileira estava sendo feita no período de expansão da mão-de-obra assalariada na Europa. Furtado já considerava que para um empreendimento como as *plantations* açucareiras seria necessário um grande oferta de mão-de-obra, que a Europa e o trabalho assalariado não dispunham. Nascia, então, a necessidade da escravidão como

força de trabalho nos engenhos. Entrava em questão qual seria o melhor povo para a escravização.

Enquanto Caio Prado Jr. demonstrava a importância econômica do comércio dos negros africanos para a Metrópole, sendo assim, a escravidão um excelente negócio, já os capítulos sobre escravidão em *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* utilizam diversos argumentos, como questões culturais, racistas além das econômicas. Para Caio Prado Jr. estava claro que a escolha do negro africano estava relacionada aos altos rendimentos comerciais. Décadas depois, Fernando Novais retoma esse debate, colocando o comércio negreiro como fundamental para a acumulação primitiva de capital.

Por outro lado, Furtado chega a afirmar: “A escassez e o atraso cultural do indígena levarão o português a transportar para a nova terra a mão-de-obra africana escravizada” (p.91). Percebe-se claramente uma influência das teorias raciais existentes ainda em Gilberto Freyre e Nina Rodrigues como, por exemplo, descrevendo que os índios não tinham cultura adequada para o trabalho latifundiário, enquanto “os negros tinham uma tradição de contato com culturas superiores que o índio não conhecia” (p.125). Porém, mesmo sem enfatizar, Furtado já trabalhava também com a idéia dos altos custos do tráfico negreiro, que como monopólio da Coroa Portuguesa acabava revertendo-se em riqueza.

Essas duas questões discutidas por Celso Furtado formam a base da economia colonial brasileira, formada num primeiro pilar de sustentação, pelo latifúndio açucareiro, enquanto num segundo encontraríamos a mão-de-obra escrava. Latifúndio monocultor e escravidão foram, na perspectiva do autor, o que possibilitou a colonização rentável em tão longínqua terra. Dessa base surgia então a idéia de **ciclos econômicos**, na medida em que a economia escravista açucareira dos séculos XVI e XVII não dinamizavam outras regiões da colônia. Esse conceito seria muito mais explorado dez anos depois em *Formação Econômica do Brasil*, mas Furtado já defendia aquela que seria uma das características de sua teoria.

Diferente do que algumas teorias mais atuais em história econômica apontam, Celso Furtado se mostrava preocupado com os legados da colonização brasileira, que desde sua formação impossibilitavam a existência de um mercado interno. Tanto Furtado como Caio Prado Jr. pensavam a colonização do Brasil como um projeto internacional, e por isso a economia canavieira estava voltada toda para o mercado externo. Assim o binômio latifúndio e escravidão impossibilitavam o desenvolvimento de um mercado interno, no sentido de que a escravidão não criava um mercado consumidor, e o latifúndio exportador se mostrava como um negócio auto-sustentável, com áreas de subsistência cultivadas pelos escravos. Assim, todos os negócios existentes no país se voltavam para a economia exportadora. Um exemplo era a

criação de gado, que para Furtado não tinha a autonomia da economia açucareira, de forma que em períodos de crise do comércio de açúcar essa criação tendia a entrar num sistema de subsistência. Todos esses elementos no doutorado ainda estão tomando forma, e se consolidarão em *Formação Econômica do Brasil*, num trabalho que pode-se olhar para o processo como um todo.

Todos esses elementos discutidos no decorrer da tese de Celso Furtado parecem chegar a um objetivo final: reconhecendo que “a matriz patrimonial e escravista que está na base da formação do Brasil continua presente na configuração do povo brasileiro” (p.6), pode-se então buscar soluções mais claras para o atraso brasileiro. Portanto, nessa parte final do texto, Furtado demonstra como a idéia de ciclos econômicos se fizeram permanentes na economia brasileira que, perpassando pela economia açucareira, mineira, da borracha e cafeeira, pouco se transformou. O atraso da economia e o patriarcalismo ainda marcavam a sociedade nacional que, em 1948, estava em processo de modernização, e precisava de um projeto político. Para Celso Furtado, a análise histórica e política se unem nessa conclusão, para apontar o caminho ideológico que seguirá durante toda a vida: a incorporação do mercado interno, como forma de gerar um desenvolvimento econômico associado a melhorias sociais.

FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec, 2001.